

Vem aí a independência energética

O primeiro dos pronunciamentos do presidente Figueiredo, em dezembro do ano passado, informando sobre as realizações de seu governo, tratou sobre a questão energética, setor que, apesar da crise que obrigou a redução de muitos orçamentos, mereceu atenção especial do atual Governo.

De 1979, quando tomou posse, até 1985 — 15 de março — data em que entrega o cargo ao presidente eleito Tancredo Neves, Figueiredo teve que vencer sérios problemas nessa área. Se no dia em que assumiu o poder o barril de petróleo custava 12 dólares, logo nos meses seguintes passou a 30.

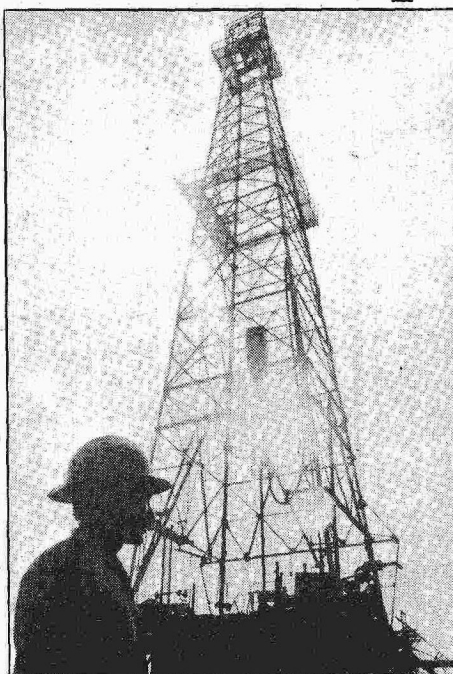
Os "choques do petróleo", como se referiu em seu pronunciamento, foram se sucedendo e o País, cujo desenvolvimento experimentava ameaças de paralisação teve que buscar outras fontes de energia, mesmo que isso custasse altos investimentos.

No final do trabalho, o setor petrolífero se apresenta como um dos destaques no governo Figueiredo. Em 79, o País consumia mais de um milhão de barris de petróleo por dia, e só produzia 160 mil, o que representava uma dependência de 80% do petróleo importado. Como meta, Figueiredo incentivou a produção nacional, acelerou as obras hidrelétricas e foi em busca de fontes alternativas para substituir o petróleo, como o álcool e o gás natural.

A produção nacional veio, então, experimentando saltos bastante expressivos. Em 79, exportávamos 15 bilhões de dólares, 6 bilhões dos quais o País gastou com a importação de petróleo; em 81, a exportação global cresceu para 23 bilhões de dólares, ao passo que o combustível importado levou 11 bilhões desse total. Ou seja, nos dois primeiros anos, apesar do investimento, o governo não conseguiu modificar o quadro. No entanto, já em 83, a Petrobrás anunciava que conseguira reduzir os gastos com a importação de petróleo para US\$ 6 bilhões.

Através de tecnologia avançada, a Petrobrás, Eletrobrás e o Proálcool, desenvolveram projetos que vieram atenuar nossa dependência energética de maneira satisfatória. Pesquisa e extração de petróleo foram multiplicadas, com a instalação de diversas plataformas submarinas. De 79 para cá, a estatal elevou a produção nacional de petróleo de 140 mil barris/dia para mais de 500 mil barris/dia: "O que demonstra que hoje, produzimos mais petróleo do que importamos", anunciou com regozijo, o próprio presidente Figueiredo.

Com isso, a Petrobrás tornou-se a sexta maior empresa de petróleo do mundo e garante o abastecimento de todos os municípios brasileiros através de mais de 20 mil postos espalhados por todo o território. O Brasil, passou a ser o terceiro maior produtor da América Latina, ultrapassando a Argentina, que extrai 400 mil barris/dia, ficando atrás do México e da Venezuela, além de representar uma economia, por dia, de US\$ 15 milhões — US\$ 5,4 bilhões ao ano — significando também que os brasileiros têm garantido,



A produção brasileira de petróleo já se aproxima dos 600 mil barris/dia. Era 160 mil

agora, através da produção nacional, mais da metade do petróleo que necessitam para seu consumo.

Atualmente, é da Bacia de Campos, que o País extrai a maior parte de seu petróleo (54%). As reservas nacionais estão estimadas em 2,4 bilhões de barris, dos quais 1,7 bilhão em petróleo e 700 milhões em gás natural.

Os dados fornecidos pela Petrobrás, relativos a janeiro deste ano, já informam: foram produzidos 16,6 milhões de barris, contra 14,67 milhões no mesmo período de 1984. Isso representa um aumento de 21% na produção de 85. Esses resultados foram conseguidos com a entrada em operação dos poços de Viola e Parati (RJ), além do aumento da produção da plataforma de Campos; a fixação das plataformas de Namorado II e Cherne I; quatro poços no campo de Piraúna e mais quatro em Linguado.

Registraram-se também a entrada em operação dos poços RJS-150 e RJS-236-B. Esse aumento foi verificado na Bacia de Campos, que no mês de janeiro de 85, produziu 9,45 milhões de barris, com um aumento de 32% em relação ao mesmo período em 84. Na área marítima, a estatal produziu 11,47 milhões de barris, com um aumento de 27% em comparação com os 9,6 milhões de barris em 84. Na área terrestre, o aumento foi de 11%, quando a produção de janeiro deste ano alcançou 5,1 milhões de barris contra 4,6 milhões.

PROALCOOL

O programa Nacional do Alcool, anunciado pelo presidente Ernesto Geisel, em outubro de 1975, surgiu cercado pelo pessimismo de muitos empresários, técnicos, cientistas, economistas e até pelos que seriam diretamente beneficiados pelo projeto: os produtores de equipamentos para destilarias.

Como fonte alternativa para enfrentar a crise energética, o programa foi criado pelo Decreto



Proálcool é o maior programa de energia alternativa

nº 76.593 de 1973, mas foi com o presidente Figueiredo que o Proálcool saiu das gavetas e ganhou impulso, modificando, inclusive, a opinião dos mais céticos. Já em 79, o presidente, por meio do Decreto 83.700, agilizava a implementação do programa, além de fixar suas metas de produção.

Administrado pelo Ministério da Indústria e do Comércio (MIC), através da Comissão Executiva Nacional do Alcool (Cenal), o Proálcool, tinha como objetivo prioritário minorar a dependência do petróleo; aumentar a produção das safras agroenergéticas e a capacidade industrial de processamento de álcool, que o programa transformaria em alternativa para a gasolina.

Na safra 1976/77 a produção nacional ficou em 664 milhões de litros; na safra seguinte, registrou-se um aumento de 20% — com a produção atingindo 1,47 bilhão de litros. Daí para frente, a produção sempre foi crescente: 78/79 — 2,49 bilhões; 79/80 — 3,39 bilhões; 80/81 — 3,70 bilhões; 81/82 — 4,23 bilhões; 82/83 — 5,64 bilhões. Se para o ano 83/84 foram projetadas 7,6 bilhões de produção, para a safra 84/85 estão previstos 3,6 bilhões de acréscimo sobre este total. Empurrando esses números, estão as projeções da indústria automobilística que pretende colocar no mercado, até 1988, 500

mil veículos movidos a álcool, além do atendimento dos setores de alcooquímica e exportação.

Na batalha pela implantação e aceitação do Proálcool, o governo Figueiredo enfrentou uma queda inicial nas vendas da indústria automobilística, em função do ceticismo na qualidade dos veículos, e promoveu uma campanha para obter a credibilidade do produto junto ao consumidor, além de reduzir o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) dos carros a álcool em 2% e a alíquota da Taxa Rodoviária Única (TRU), elevando ainda, o prazo de financiamento de 24 para 36 meses. Figueiredo impôs também que o preço do produto fosse mantido em no máximo 65% do da gasolina. Tudo isso como apoio e estímulos adicionais.

A campanha deu certo. Hoje, o uso do álcool está incorporado ao dia-a-dia da população. Os carros produzidos no Brasil são 90% movidos a álcool. Desde que foi implantado o programa e até 83, o País conseguiu atender o seu consumo interno, criar e manter estoques de segurança, além de exportar 434 milhões de litros. Essa produção tem seu ponto forte no Sudoeste do País, responsável por 59% do volume. Os investimentos passaram a casa dos Cr\$ 524 bilhões, com uma cota de US\$ 40 milhões, vindos do Banco Mundial.

Ao falar das realizações de seu governo no setor energético, o presidente Figueiredo teve ocasião de salientar: "O Proálcool permitiu importar menos petróleo e criou milhares de empregos. O petróleo e o álcool mantiveram as indústrias em funcionamento".

HIDRELÉTRICAS

O potencial hidrelétrico brasileiro, foi o alvo seguinte do Governo Figueiredo no setor energético. As inaugurações de Itaipu e Tucuruí marcaram importante etapa no desenvolvimento energético nacional. Para servir a região Centro-Sul do País, Itaipu tem previstos um total de 12 milhões de quilowatts, sendo a maior hidrelétrica do mundo. Tucuruí, por sua vez, com a primeira etapa inaugurada em novembro último, gera quatro milhões de quilowatts para o Norte e Nordeste. Isso possibilita a instalação de um parque industrial na área, aproveitando as riquezas minerais da Serra de Carajás, o que significa progresso para toda a Amazônia oriental, com a criação de mais empregos.

Carajás representa ainda o primeiro programa brasileiro de desenvolvimento integrado, porque engloba atividades metalúrgicas, agropecuárias e florestais que se desenvolvem apoiadas na infraestrutura básica de ferrovia, porto marítimo e a hidrelétrica de Tucuruí.

Segundo os dados constantes do Plano de Suprimento aos Requisitos de Energia Elétrica até o ano 2000, elaborado pela Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S/A), são registrados grandes avanços nas instalações de usinas hidrelétricas, favorecendo grandes regiões do País, cujo desenvolvimento era praticamente nulo, diante da falta de energia elétrica.

FONTES ALTERNATIVAS

Na busca de fontes alternativas de energia, o governo vem aplicando recursos e demonstrando grande interesse na exploração do gás natural, carvão e xisto, entre outras fontes. O carvão mineral é um energético que poderá ter grande utilização. Para tanto, uma transformação básica foi necessária: a descaracterização da atividade carvoeira apenas como setor puramente social e empregador da mão-de-obra, para se tornar uma atividade de cunho econômico.

Dono de uma das maiores áreas florestais do planeta (cerca de 4 milhões de km²), o Brasil vê crescer, em função de suas condições climáticas favoráveis a exploração madeireira com fins energéticos. A forma mais simples de energia tirada desse potencial é através da combustão de lenha; outra, é mediante a fabricação do carvão vegetal ou sua gaseificação.

Foi também no início do governo Figueiredo que a política de prospecção e exploração para o gás natural teve sua arrancada. A partir de 1979, a Petrobrás começou a trabalhar sobre um plano quinquenal, incorporando o gás na refinaria Duque de Caxias e implantando o sistema combinado de gás industrial e residencial no Rio de Janeiro.